

# 17 JAN 1991 CORREIO BRAZILIENSE

## Democracia de Pirro

PAULO MARINHO

Tenho assistido, estarrecido, as manobras para escolha da futura Mesa Diretora do Congresso Nacional. Eleito com alguns milhares de votos, pela legenda de um pequeno partido (PSC), eu, como 313 outros deputados, temos acompanhado (pasmem!) pela grande imprensa, as "escolhas" que já se apregoam para a direção da Casa Legislativa.

A democracia tão propalada parece não existir e as ilusões e sonhos de bem desempenhar um mandato de deputado federal, delegado pelo povo, parecem morrer no nascedouro.

Vejam que o futuro presidente da Casa e membros da Mesa, ao que tudo indica, estão sendo "escolhidos" nos "conchavos" de gabinetes, em articulações quase sempre conduzidas por quem sequer pertence à Casa, respaldadas, é claro, pela "tradição" impositora da escolha do presidente no seio do partido com a maior bancada.

Nesse momento prevalece a cor partidária e a figura do partido político, bem representado, assume o seu mister. Os pequenos, com uma bancada de 272 deputados, apresentam-

se, nessa fase, como deveras na vida legislativa, rotulados de meros figurantes. E os deputados que resolvaram abraçá-los e correram o risco da eleição pela falta de legenda partidária (quase sempre maior que nos grandes partidos) acabam tomando conhecimento das decisões pela grande imprensa.

Há, em evidência, um movimento liderado por alguns deputados reeleitos que visa, segundo eles, a "moralização" do Congresso. Considero que tal movimento, se pretende dar uma resposta à sociedade civil e resgatar a imagem dos parlamentares e da Casa, deve, também, estender-se à quebra do *status quo* que parece ser a tônica da minoria reeleita para o Congresso, a qual teima em contrariar a vontade da grande maioria do povo brasileiro que, pelo instrumento legítimo do voto, para ali elegeu novos deputados e renovou em 62,63 por cento o Legislativo nacional.

Prega-se uma nova ordem social, vive-se momentos difíceis e delicados na vida nacional, mas insiste-se no mau exemplo. Faz-se necessário, para que a maioria possa exercer o munus legislativo delegado pelo povo que não se queira estabelecer no Con-

gresso Nacional, à força dos conchavos e das articulações de uma maioria reprovada pelo voto popular, tentando influenciar a qualquer preço, uma ditadura de privilégios "conquistados".

É hora de acabar com as "tradições" e de respeitar a decisão da maioria que não conhece Brasília, nem é compromissada com os bastidores do poder. Há um grupo de novos deputados, legítimos representantes do povo, que deverão, pelo voto livre e com a necessária e plena participação, reconhecendo a participação dos antigos, escolher livremente os companheiros que pretendem ver à frente dos destinos do Congresso Nacional.

Presidente bônico e Mesa Diretora bônica, bem com voto ad referendum, nos parece prática abolida pela vontade popular. Que se lancem os novos candidatos à Mesa Diretora e à presidência da Casa. E que, a partir da renovação obtida, surja um Parlamento à altura do povo brasileiro.

■ Paulo Marinho é deputado federal pelo Maranhão, eleito em 1990.